

## Educação ambiental e Agroecologia: a construção coletiva do Grupo Econorte (RS)

### Environmental Education and Agroecology: The Collective Construction of the Econorte Group (RS)

Elisângela Lazzari\*  
Sérgio Botton Barcellos\*\*

**Resumo:** Nesta pesquisa, o objetivo é compreender como ocorrem as ações de educação ambiental entre os participantes do grupo de agroecologia Econorte, no município de São José do Norte – RS. Utilizou-se uma abordagem metodológica qualitativa, com a utilização de dados primários e secundários. A partir da investigação, observou-se que o grupo de agroecologia Econorte desenvolve ações de educação ambiental baseadas em uma concepção de ambiente e de vida considerada saudável, expressa nas experiências de produção, organização e comercialização realizadas pelo grupo, bem como nas trocas entre produtores e fregueses. Foi possível perceber mudanças de compreensão e de práticas, como: o consumo agroecológico nos núcleos familiares; a superação da visão de que a produção agroecológica é uma atividade exclusivamente feminina; a ampliação da participação política no município; e o engajamento na construção de movimentos com pautas ambientais, como no caso da luta contra a presença de grandes empreendimentos de mineração no território.

**Palavras-chave:** Educação ambiental. Agroecologia. Contexto rural.

**Abstract:** This research aims to understand how environmental education actions take place among the participants of the agroecology group Econorte, located in the municipality of São José do Norte – RS, Brazil. A qualitative methodological approach was employed, using both primary and secondary data. Based on the investigation, it was observed that the Econorte agroecology group develops environmental education actions grounded in a conception of environment and life considered healthy. This is expressed in the group's experiences of production, organization, and commercialization, as well as in

\* Mestra em Educação Ambiental pelo Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Licenciada em Ciências Biológica pela FURG. Professora da Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina. E-mail: elisangelalazzari94@gmail.com.

\*\* Doutor e Mestre em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Graduado em Medicina Veterinária pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: sergiobbarcellos.ufpb@gmail.com. .



This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

the exchanges between producers and consumers. It was possible to identify changes in understanding and practices, such as: agroecological consumption within family units; the overcoming of the perception that agroecological production is an exclusively female activity; the expansion of political participation in the municipality; and engagement in the construction of movements with environmental agendas, such as the struggle against the presence of large-scale mining enterprises in the territory.

**Keywords:** Environmental education. Agroecology. Rural context.

Recebido em: 31/10/2024. Aceito em 27/05/2025.

## INTRODUÇÃO

Este artigo tem como tema a intersecção entre a educação ambiental e a agroecologia. A pesquisa foi desenvolvida em parceria com o grupo de agroecologia Econorte, localizado no município de São José do Norte (SJN), no estado do Rio Grande do Sul (RS). O município de São José do Norte situa-se no extremo sul do RS, em uma estreita faixa de areia entre a Laguna dos Patos e o Oceano Atlântico. Historicamente, sua economia tem sido voltada à agricultura e à pesca, especialmente com a captura de camarões e tainhas.

Nos últimos anos, o município tem convivido com a expectativa de instalação de grandes empreendimentos (como os da empresa Aracruz Celulose, Estaleiro EBR e Rio Grande Mineração), sob a justificativa de se tratar de uma localidade considerada “não desenvolvida”.

O grupo Econorte é formado por produtores orgânicos de base agroecológica do município de SJN. Trata-se de um movimento ambientalista com histórico de luta e participação política, que contesta a exploração destrutiva da natureza. Durante a realização desta pesquisa, o grupo se autodeclara em início de processo de transição agroecológica, seja por ainda depender de insumos biológicos comprados, seja por cultivar em áreas cercadas por monocultivos com uso de agroquímicos e plantações de pinus (Lazzari, 2021).

Considera-se que há diversas formas de pensar e praticar a agroecologia. Assim, nesta pesquisa, buscou-se compreendê-la a partir de uma perspectiva científica, conforme os autores Caporal e Costabeber (2004) e Caporal e Azevedo (2011). Nessa abordagem, a agroecologia não se restringe a técnicas de produção mais sustentáveis, mas abrange também transformações nas relações sociais, políticas e educacionais promovidas pela transição agroecológica. Com base nisso, entende-se o contexto rural e a construção da agroecologia como espaços férteis para a realização de diferentes formas de educação ambiental, por meio das práticas agrícolas e das relações ali constituídas, intensificadas especialmente quando realizadas de forma coletiva.

A pesquisa foi conduzida com uma abordagem qualitativa, conforme proposto por Flick (2009). Foi construída percorrendo um caminho metodológico de natureza indutivo-dedutiva<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Em Lazzari (2021), consta que o campo de pesquisa foi construído seguindo as normas do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da FURG, cumprindo todos os procedimentos necessários, como o cadastramento do projeto na plataforma digital, a elaboração, leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) por parte dos participantes do grupo Econorte. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e, ao final, foi enviado um relatório de pesquisa.

Nos primeiros encontros com o grupo, buscou-se compreender o campo, mantendo-se aberta aos caminhos que a investigação poderia tomar. Em março de 2020, a autora se afastou temporariamente do trabalho de campo, devido às medidas de distanciamento social impostas para conter o contágio da pandemia causada pelo Coronavírus (SARS-CoV-2). Diante desse novo contexto, manteve-se contato com alguns participantes do grupo por meio do aplicativo WhatsApp. Essa mudança impôs desafios, especialmente no que diz respeito à manutenção de uma aproximação efetiva com o grupo Econorte e suas atividades presenciais. Diante dessa dificuldade, optou-se por utilizar tanto dados primários quanto secundários para a construção da pesquisa.

Para a coleta de dados primários, utilizou-se a observação participante, como roteiro a sensibilidade e o ouvir as pessoas (Brandão, 2007), procurando ter olhos e ouvidos atentos às relações construídas no e pelo grupo Econorte, a partir dos espaços de socialização e construção coletiva do grupo de fevereiro de 2020 a julho de 2021<sup>2</sup>. A observação participante foi realizada em dez dias de feira e em três reuniões, sendo uma delas realizada na casa de uma das participantes do grupo, na comunidade do Retiro. Também ocorreu a participação em uma ação alusiva ao Dia Internacional da Mulher, organizada pelo grupo Econorte em parceria com o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), no salão comunitário Santa Bárbara. Além disso, foi realizada uma imersão de fim de semana na casa de uma família integrante do grupo, na comunidade da Quinta Secção da Barra, onde se vivenciaram aspectos do trabalho e do lazer da família.

As entrevistas semiestruturadas (Flick, 2009) foram conduzidas a partir de questões abertas, com cinco participantes do grupo Econorte. A seleção dos entrevistados baseou-se na presença e participação ativa nas feiras de comercialização, espaço ao qual se teve maior acesso para a realização da observação participante, uma vez que as atividades de reunião foram interrompidas durante a pandemia. Para a realização de entrevistas semiestruturadas, é fundamental que o(a) pesquisador(a) possua conhecimento prévio sobre o tema e o grupo a ser entrevistado (Flick, 2009, p. 149). No caso desta pesquisa, tal conhecimento foi construído por meio da observação participante — especialmente nas feiras — e da análise de dados secundários, com base em conteúdos produzidos e divulgados pelos próprios participantes do grupo Econorte<sup>3</sup>. Assim, foi dada a preferência fazer as entrevistas com os sujeitos que tinham maior disponibilidade e que tive maior contato durante a pesquisa de campo e além de participar do grupo Econorte participavam de outras organizações coletivas de SJN<sup>4</sup>. Entende-se que as organizações coletivas são espaços de construção de saberes, e se tornam importantes para compreender as ações em educação ambiental construídas no e pelo grupo Econorte.

Para a análise dos dados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo (Bardin, 1977), aplicada às entrevistas transcritas, aos questionários respondidos por frequentadores da feira, aos dados secundários e aos diários de campo. A análise de conteúdo é definida como aquela que “visa ao conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica, etc., por meio de um mecanismo de dedução com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens particulares” (Bardin, 1977, p. 44). Optou-se por essa abordagem analítica por

<sup>2</sup> A interrupção na pesquisa de campo ocorreu no período de março de 2020 a janeiro de 2021.

<sup>3</sup> Os dados secundários utilizados foram reunidos do grupo de whatsapp “produtor(a) e freguês”, o canal do youtube “Agroecologia em foco”, o grupo de facebook do Econorte e algumas lives em que os sujeitos de pesquisa participaram, que me auxiliaram a compreender as histórias dos participantes e algumas ações e relações ambientais destes pelo município de SJN.

<sup>4</sup> As (os) sujeitas (os) de pesquisa escolhidos para as entrevistas semiestruturadas fazem parte de outros movimentos socio ambientalistas no município de São José do Norte, como a Cooperativa de Agricultores Familiares de São José do Norte (COOAFAN), a Associação Raízes da Terra e o Grupo “Não queremos mineração em SJN”.

buscarmos compreender as relações históricas, sociais, culturais e educacionais que atravessam a construção e a continuidade do grupo Econorte.

Com base no contexto e na metodologia de pesquisa apresentados, buscou-se compreender as ações de educação ambiental desenvolvidas pelos participantes do grupo Econorte. Para isso, formularam-se algumas questões norteadoras, tais como: que mudanças nas relações sociais, familiares, comunitárias e na esfera pública ocorreram na vida dos participantes do grupo após sua inserção no Econorte? De que forma os participantes alteraram seus modos de ver e se relacionar com a natureza a partir do processo de transição agroecológica? Por meio de quais relações e em que contextos ocorrem os aprendizados sobre agroecologia entre os membros do grupo?

A partir da pesquisa realizada, observou-se que o grupo Econorte constrói ações em educação ambiental nas experiências de produção, organização e comercialização; nas trocas entre produtores e fregueses; nas relações familiares; e na interação dos sujeitos com a natureza local, por meio de um olhar ecológico sobre o ambiente, presente em diversos espaços do município de São José do Norte.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

O espaço rural brasileiro abriga 5.073.324 estabelecimentos rurais, ocupados por aproximadamente 15,1 milhões de pessoas (Censo Agropecuário, 2017). Desses estabelecimentos, 70% possuem entre 1 e 50 hectares, enquanto apenas 0,04% concentram áreas superiores a 10 mil hectares. Esses dados evidenciam uma acentuada concentração fundiária, reflexo de um histórico de má distribuição de terras ao longo do processo de formação social e econômica do Brasil. Segundo Martins (1994), não houve uma redistribuição efetiva das terras apropriadas durante o período do reinado, sendo que as primeiras divisões territoriais ocorreram por meio das sesmarias, determinadas conforme os interesses da Coroa.

Esse processo histórico também se reflete no estado do Rio Grande do Sul, especialmente em sua metade sul. Freitas (2019) aponta que essa região é frequentemente vista como “não desenvolvida” em comparação com a metade norte do estado, o que, entre outros fatores, se deve à maior concentração de terras. Por essa razão, a metade sul do RS foi alvo de políticas de incentivo à rizicultura, à sojicultura e, mais recentemente, à instalação de empresas mineradoras, com a justificativa de promover o desenvolvimento local.

O município de São José do Norte está localizado no extremo sul do Rio Grande do Sul, entre a Laguna dos Patos e o Oceano Atlântico. Possui uma população de 25.443 habitantes (IBGE, 2022) e é dividido em três distritos: Sede, Estreito e Bojuru. Historicamente, sua economia esteve centrada na agricultura — com destaque para a produção de cebola — e na pesca artesanal, sobretudo com a captura de camarões e tainhas.

Entre os anos de 1949 e 1988, os agricultores familiares da região obtiveram expressivo lucro com a produção de cebola, sendo incentivados a investir em maquinários e insumos agrícolas, o que resultou no aumento da produtividade e consolidou o município como a “capital nacional da cebola”, por ser, à época, o maior produtor do bulbo no país (Santos, 2007). No entanto, a partir da década de 1990, os estados de Santa Catarina (SC) e São Paulo (SP) superaram o Rio Grande do Sul na produção de cebola, sendo seguidos pela Bahia (BA) nos anos 2000 (Santos, 2007). Esse declínio se deve à intensificação e especialização da produção em larga escala nos demais estados, enquanto São José do Norte manteve sua produção ancorada na agricultura familiar.

Com a perda de competitividade da produção local, o município enfrentou um intenso êxodo rural entre as décadas de 1990 e 2000, passando de uma população majoritariamente rural (75%) para uma população predominantemente urbana. Em 2000, apenas 25% dos habitantes residiam no meio rural (Santos, 2007). Esse processo histórico também foi relatado por um dos interlocutores da pesquisa, participante do grupo Econorte

[...] entrou uma cebola que concorreu com a cebola daqui a cebola Argentina a cebola de Santa Catarina né então essa concorrência a gente perdeu o título de capital produtora da cebola. Então com o desaparecimento dos depósitos no centro da cidade e com a quebra da safra e a diminuição do preço o setor começou a entrar em falência aí entrou o setor industrial dos pinus que começou a absorver essa mão de obra, então sofreu dos anos 90 pra cá essa transformação a cidade continua produzindo cebola só que entrou outros empreendimentos que começou a pegar essa mão de obra (Cleberson).

Como declarado pelo sujeito de pesquisa, a queda na produção de cebola, por motivos apontados anteriormente, causou a abertura de setores industriais no município. Com isso, recentemente, comunidades em São José do Norte (SJN) vêm sendo assediadas por empresas sob o argumento de trazer progresso e desenvolvimento para o município. Segundo Cleberson:

[...] essas empresas agora, em frente à crise que a gente vive atualmente elas estão se apresentando como salvadoras porque elas estão dando empregos, mas o povo se esquece que estas empresas desempregaram as famílias no passado devido os impactos, então a cidade tá em um processo de dependência econômica porque como existe um grande desemprego e essas empresas estão oferecendo emprego, então elas estão passando como boazinhas nesse processo (Cleberson).

As empresas prometem se instalar no município para ‘salvar a economia’, criando um processo de dependência econômica da sociedade nortense<sup>5</sup>. Entre as empresas, está a Aracruz Celulose, voltada à produção de celulose a partir da retirada de resina do *Pinus elliottii*, que é introduzido nas propriedades dos agricultores e, entre outras consequências, provoca a acidificação do solo. Em 2013, com o início da construção do Estaleiro EBR, observou-se um aumento da violência na cidade, o que resultou na sobrecarga dos sistemas públicos de saúde e educação. Mais recentemente, tem-se acompanhado a tentativa de instalação de uma mineradora no município: o Complexo Minerário Atlântico Sul, da empresa Rio Grande Mineração, dividido em três projetos que pretendem explorar uma faixa territorial que vai da comunidade do Retiro até Bojuru, com foco na extração de minerais como ilmenita, rutilo e zirconita (Cpea; Har, 2014).

O grupo Econorte configura-se como uma frente de resistência à instalação de grandes empreendimentos na cidade — desde empresas de monocultivo de pinus até, mais recentemente, a mineradora. O grupo tem se engajado ativamente em mobilizações contrárias ao projeto de mineração, organizando passeatas, ações comunitárias e a elaboração de uma carta de repúdio encaminhada ao Ministério Público Federal (MPF), na qual expressam sua posição com a frase: “não acreditamos nesse tipo de progresso”.

O Econorte foi fundado em 2008, a partir do Projeto de Desenvolvimento da Agricultura Ecológica Urbana e Periurbana na Aglomeração Urbana do Sul (AEUPE), promovido pelo Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico (NUDESE) da Universidade Federal do Rio Grande

---

<sup>5</sup> Termo utilizado para chamar as pessoas que nascem em São José do Norte.

(FURG), com apoio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), atuando nos municípios de São José do Norte (SJN) e Rio Grande (RG). Em 2009, com o encerramento dos repasses do MDS, as famílias integrantes do grupo passaram a se organizar autonomamente para dar continuidade à iniciativa, elaborando um regimento interno e estabelecendo novas parcerias, como com a Emater, a Secretaria Municipal da Agricultura e a Cooperativa de Agricultores Familiares de São José do Norte Ltda.

Desde 2014, o grupo está cadastrado como Organização de Controle Social (OCS), modalidade de certificação que se baseia na autorregulamentação dos próprios agricultores, com participação ativa de produtores e consumidores por meio de reuniões mensais, muitas delas realizadas nas casas dos participantes. A qualidade orgânica dos alimentos é garantida por esse sistema, fundamentado no Controle Social e na Responsabilidade Solidária (MAPA, 2020).

Alguns dos participantes do grupo participam de feiras semanais, com variações na frequência conforme a disponibilidade de alimentos, as condições de transporte até o centro da cidade, entre outros fatores. O grupo ainda não se considera uma experiência de agroecologia plenamente consolidada, uma vez que ainda depende de insumos biológicos adquiridos no mercado, por exemplo. No entanto, percebe-se que sua visão política e social está alinhada aos princípios da agroecologia, ao promover ações em articulação com outros grupos ambientalistas e ao pautar sua atuação não apenas pela lógica do lucro, mas, principalmente, pela defesa da saúde e pelo engajamento no movimento ambientalista do município.

Entre essas famílias participantes do grupo, foi dado destaque às cinco famílias que foram entrevistadas durante a pesquisa (Lazzari, 2021). Francisca<sup>6</sup>, tem aproximação com a agroecologia por sua paixão pela natureza e por problemas de saúde que tinha com o uso de agroquímicos. Como ela se designa, de natureza comunitária, sempre participou de grupos e organizações. Participa do Econorte e da Associação Raízes da Terra, sendo que foi nesta associação que conheceu o grupo Econorte e foi convidada a fazer parte. Ela foi escolhida para compor o grupo de sujeitas entrevistadas nesta pesquisa por estar muito ativa no coletivo, participando de todas as feiras de comercialização e das reuniões.

Márcia é agricultora desde que nasceu, ex-presidenta da Cooperativa de Agricultores Familiares de São José do Norte LTDA (COOAFAN). Em 2021, ela entregou a presidência para outra mulher, fato que relata com orgulho. Conta que sua família, por fazer parte da Pastoral da Terra, sempre teve consciência sobre os malefícios do uso de agroquímicos. Márcia e seu companheiro foram conhecidos pela autora na primeira visita à feira do grupo Econorte. Seu companheiro contou que foi Márcia quem o incentivou a adotar o cultivo ecológico de alimentos. Além disso, Márcia participou de algumas lives durante a pandemia para falar sobre seu trabalho na cooperativa e na Econorte, conteúdos que também foram utilizados como dados secundários nesta pesquisa.

Cleberon é consumidor cadastrado na OCS (Organização de Controle Social) e integra o grupo Econorte junto com seu filho, Heitor, que iniciou em 2021 o processo de vendas de mudas. Cleberon esteve envolvido com o movimento ambientalista desde 1990, tendo participado das lutas contra a instalação da empresa Aracruz Celulose. Foi convidado a fazer parte do grupo por Francisca. A autora conheceu Cleberon na universidade, onde também estudavam; foi por meio dele que se chegou ao grupo Econorte. Por ser consumidor cadastrado junto à OCS, sempre esteve presente nas feiras de comercialização.

---

<sup>6</sup> Na presente pesquisa são utilizados dois nomes fictícios (Francisca e Heitor) e o restante dos nomes reais das (os) entrevistadas (os), respeitando a preferência das (os) sujeitas (os) de pesquisa.

Dona Ana e seu Antônio, aposentados, escolheram SJN para viver, entraram para o grupo Econorte quando foram convidados pelo seu vizinho, que na época fazia parte do grupo. Sempre trabalharam com a agricultura e nunca usavam insumos químicos. Ana já participou de movimentos e viagens de organização junto ao Econorte. Durante o período de pesquisa, o casal esteve ativo nas feiras de comercialização da Econorte e se mostrava aberto ao diálogo e acolhedor. Inclusive, foi na casa deles, em um final de semana, que aconteceu uma imersão na pesquisa de campo.

Cada participante do grupo tem uma história de entrada e permanência na Econorte, assim como a autora possui uma trajetória específica com cada entrevistado(a) escolhido(a) para a pesquisa de campo. Percebeu-se, contudo, que as percepções dos participantes do grupo Econorte e suas relações com o ambiente se desenvolveram a partir de outras formas de fazer agricultura e viver no contexto rural, por se organizarem e estarem em coletivo, construindo o movimento ambientalista de São José do Norte (SJN).

Nesses movimentos, constroem-se ações e relações socioambientais que se diferenciam dos modos hegemônicos de produzir alimentos, comercializar produtos e reivindicar direitos, terra e água. Assim, é possível afirmar que, nesses processos, os participantes se constituem como sujeitos ecológicos, conforme a conceituação de Carvalho (2012). O sujeito não se resume ao grupo ambientalista organizado, mas se expressa também na forma como produz alimentos. Trata-se de um sujeito constituído por uma complexa rede de ações, relações, experiências e aspectos culturais, históricos, políticos e econômicos que o atravessam (Carvalho, 2012).

A complexidade dessas relações se desenrola em um ambiente também marcado por sua historicidade — no caso, o rural brasileiro —, caracterizado pela coexistência de múltiplas ruralidades que compõem os sujeitos rurais. No contexto da presente pesquisa, observa-se que esses sujeitos constroem tais relações múltiplas e complexas em meio a um território atravessado por conflitos.

## **Ações ambientais dos participantes do grupo Econorte**

### *Educação Ambiental e Educação Popular*

O conhecimento construído no e pelo grupo Econorte ocorre por meio de diversos canais e ferramentas, como os espaços de organização coletiva, a socialização entre os membros do grupo, a participação em movimentos ambientalistas, a relação com os ciclos naturais, a busca e produção de informações na internet, a leitura de livros, as conversas com pessoas da comunidade e a construção de resistências no território de São José do Norte (SJN).

Nos primeiros encontros com Francisca, em dezembro de 2019, ela compartilhou sua percepção sobre a construção do conhecimento. Na primeira reunião, afirmou que nenhum saber pode ser considerado superior ao outro. Os saberes da prática — aqueles construídos com a terra, vivenciados no cotidiano desde a infância por quem nasce e vive da agricultura — são tão legítimos quanto os saberes técnicos, como os que identificam pragas e propõem soluções de manejo agroecológico, ou os saberes acadêmicos que construí ao longo da realização desta pesquisa com o grupo.

A noção de diálogo de saberes é amplamente discutida por autores da agroecologia (Caporal; Costabeber, 2004), da educação ambiental (Carvalho, 2012) e da educação popular (Brandão, 2019). O conhecimento sobre o mundo se constrói na vivência, no diálogo e na palavra compartilhada entre pessoas e grupos, bem como na busca por informações, pois, como afirma Brandão (2019,

p. 25), “entre pessoas e culturas todo indivíduo ou coletivo é uma fonte original de seu próprio e inquestionável saber”.

Um exemplo do diálogo de saberes no grupo Econorte manifesta-se na articulação entre informações buscadas na internet e os saberes transmitidos por pessoas mais antigas da comunidade. Quando essas informações coincidem com práticas já conhecidas ou vivenciadas no passado, passam a ser consideradas mais confiáveis. Francisca ilustra isso ao comentar sua desconfiança com certos conteúdos acessados online, mas também a confiança gerada quando esses conteúdos se relacionam à memória familiar: “[...] agora, quando é alguma coisa que eu lembro, ‘ah, minha vó fazia’, aquilo já me passa uma confiança, porque minha vó fazia, mas eu já tinha esquecido [...]” (Francisca). Assim, observa-se um diálogo entre saberes tradicionais e conhecimentos digitais, que também mobiliza processos de memória.

No grupo Econorte, os saberes são construídos e compartilhados, por exemplo, nas visitas às propriedades de outros participantes, na troca de sementes, mudas, práticas agroecológicas e experiências. Há ainda uma interpretação e reinvenção das práticas de base agroecológica a partir dessas visitas, como ressalta Francisca, destacando que não se trata de mera cópia, mas de adaptação crítica e contextualizada.

[...] a gente ir visitar, né, as outras propriedades, visitar as famílias, isso tudo a gente aprende muito. A gente troca semente, a gente troca muda, a gente troca informação, a gente troca receitas, a gente troca experiências. Ah, não gostei de fazer desse jeito que ela faz, mas vou fazer do meu jeito, aí tu inventa outra coisa em cima né, é muito bom (Francisca).

É possível perceber, pela fala da participante, que não há uma simples transmissão de conhecimento de uma família para outra, mas sim um processo de observação, interpretação e reinvenção das técnicas de produção agroecológica, conforme as características de cada propriedade, os modos de fazer e as diferentes interpretações que cada sujeito tem do mundo. Segundo Freire (1983), o ato de conhecer não se realiza por meio da mera transferência de conhecimento de uma pessoa para outra, mas exige uma ação transformadora sobre a realidade. Trata-se de um processo que demanda busca constante, implicando invenção e reinvenção (Freire, 1983, p. 7).

Os participantes do grupo Econorte também integram outros movimentos ambientalistas, como o “Não queremos mineração em São José do Norte”, o coletivo Raízes da Terra, a COOAFAN, entre outros. A participação nesses movimentos também se configura como espaço de construção do conhecimento. O processo participativo é, por si só, um processo educativo, no qual a aprendizagem ocorre por meio do diálogo, das trocas e do engajamento coletivo, na prática da participação cidadã voltada para os interesses coletivos e para as questões políticas (Gohn, 2014).

A educação que emerge da participação em movimentos sociais não ocorre apenas em experiências consideradas bem-sucedidas, mas também no enfrentamento de desafios e contradições. Francisca, por exemplo, compartilha sua visão sobre as formas de organização coletiva, revelando como esses espaços contribuem para a construção de saberes e práticas.

[...] eu vejo o grupo assim, uma associação, um grupo, têm uma casa enorme né, se tu olhar só por fora, tu vais conhecer a casa só por fora, tu vai dizer, aquela casa é amarela, é verde, azul, tem duas janelas, uma porta, né, tu conhece a casa? Conhece, fica lá em tal rua, tal esquina, tu sabes quem mora lá, sabe quem entra lá, sabe quem sai de lá, tu conhece a família, a então tu conhece a casa? Sim, eu conheço a casa. Se eu entro na sala dessa casa, eu vou conhecer a sala

da casa, é como se eu fosse em uma reunião, eu vou em uma reunião da associação, eu vou em uma reunião daqui, vamos trazer para a Econorte, uma reunião da Econorte, é como se eu fosse conhecer a sala dessa casa né, olha que legal a sala lá, lá o pessoal tava reunido, eu conheci mais gente, trocando informações, mas pra mim conhecer o resto da casa eu tenho que avançar, né, eu tenho que busca mais, tenho que ir lá na propriedade, tenho que trocar experiência, se eu quiser conhecer todos os cômodos da casa, eu tenho que abrir as portas, e eu tenho que ir né, e tem peças que eu não vou gostar, assim como uma casa, tem a peça da bagunça, tem aquela peça escura, tem aquela peça que vai me dar muito trabalho para mim organiza, tem peça que eu não quero passar, assim é em um grupo, nem tudo vai ser flores, né, uma hora eu vou me ferrar, como diz o outro, mas tem coisas que eu tenho que passar, porque eu tenho que vivenciar tudo (Francisca).

Assim, é possível relacionar a fala da participante do grupo Econorte sobre organização coletiva com as dimensões educativas que se manifestam nesses espaços — dimensões vinculadas à resolução de problemas, ao convívio com conflitos e às questões que emergem no âmbito do coletivo. Ao voltarmos o olhar para a educação ambiental em organizações coletivas, Layrargues, Puggian e Menezes (2020) apontam que os movimentos sociais constituem importantes fontes de construção de saberes, ressaltando a necessidade de uma investigação comprometida com esses movimentos, com o objetivo de orientar novos sentidos pedagógicos da luta.

Os mesmos autores destacam que, nas organizações coletivas, a educação ambiental “não se reduz à adoção de novos comportamentos domésticos, mas sobretudo à participação política na esfera pública em busca da conquista de direitos por um ambiente saudável” (Layrargues; Puggian; Menezes, 2020, p. 60).

A construção de um território considerado saudável para a produção de alimentos com base agroecológica é uma das frentes de luta do grupo de agroecologia Econorte. Um exemplo disso é a defesa do território frente à tentativa de instalação de um projeto de mineração no município, compreendida como uma ameaça às práticas e aos valores promovidos pelo grupo. Além disso, o grupo entende como um ato de resistência a produção de alimentos orgânicos de base agroecológica no município.

Durante a pesquisa na feira, era comentado com frequência por participantes do grupo e por frequentadores da feira Econorte a necessidade de maior incentivo das autoridades públicas municipais à agroecologia e à produção de orgânicos. Ainda, um dos entrevistados do grupo Econorte declarou a dificuldade de diálogo sobre a questão ambiental com o poder municipal na época.

Outra questão é que, né, tem um “frentão” político muito forte de vereadores, que eu vou chamar aqui de vereadores da direita, como PP. Estes dizem que não dá para produzir sem agroquímicos, e que essa história de falar que plantar sem agrotóxicos é contra o progresso, então que quem planta com veneno com fertilizante químico [...]. Bom, mas não vamos muito longe, que na plateia da câmara, um ou dois vereadores subiram nesse plenária e disseram que odeiam o meio ambiente. Então eles odeiam o meio ambiente, no contexto seguinte né, o meio ambiente atrapalha o progresso, eu odeio o meio ambiente, as leis que protegem o meio ambiente. Então olha o nível da discussão (CLEBERSON).

Ou seja, foi possível perceber que há uma dificuldade de apoio público municipal ao grupo Econorte, devido à predominância de um “frentão” político de viés conservador estabelecido no município de São José do Norte. O incentivo — ou a ausência dele — às políticas públicas voltadas à agroecologia nas instâncias governamentais é marcado por intencionalidades políticas, refletidas na alternância de governos e nos distintos projetos agrícolas em disputa por diferentes grupos de interesse (agronegócio, agricultura familiar e camponesa, entre outros), além de estar inserido em um contexto histórico fortemente influenciado pela chamada Revolução Verde, promovida pelo Estado brasileiro desde a década de 1960.

De forma mais ampla, é necessário contextualizar as políticas públicas de agroecologia no Brasil, que, de diferentes formas, influenciam também nas ações do grupo Econorte. Segundo Rocha Neto (2022), a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), vigente entre 2016 e 2022, foi fruto de um processo iniciado pelo governo federal em 2012, no marco das discussões da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), conhecida como Rio+20, realizada naquele ano no Brasil.

Entre 2013 e 2015, foi implementado o primeiro Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), que articulou um conjunto de políticas públicas relacionadas ao tema. O segundo ciclo, o Planapo II, foi executado entre 2016 e 2019, com elaboração conjunta à Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), buscando dar continuidade ao plano anterior. No entanto, mesmo com a existência desses programas, ainda persistiam limitações significativas, como a ausência de programas específicos de crédito e linhas de financiamento voltadas à agroecologia e à produção orgânica; a escassez de assistência técnica que considerasse a diversidade da agricultura familiar e promovesse o diálogo entre saberes populares e científicos; além da falta de incentivo à produção de bioinsumos (Rocha Neto, 2022, p. 460). Essas limitações também foram relatadas pelos(as) participantes do grupo Econorte, que enfrentam dificuldades para adquirir adubos orgânicos, seja pela burocracia ou pela exigência de compra em grandes volumes para justificar os custos com transporte.

Apesar desses obstáculos, observou-se um crescimento nas políticas voltadas à agroecologia entre 2012 e 2016. No entanto, a partir do golpe de Estado (2016) e do início do governo Bolsonaro (2018), houve um desmonte dessas políticas (Rocha Neto, 2022), contexto que coincidiu com o período em que esta pesquisa foi realizada.

Mais recentemente, em 2024, o governo federal lançou o terceiro Planapo, com o objetivo de ampliar e fortalecer a produção, o beneficiamento e o processamento de produtos orgânicos e de base agroecológica (MAPA, 2024). O programa foi articulado com outras políticas voltadas principalmente ao enfrentamento da insegurança alimentar, como o Plano Nacional de Abastecimento Alimentar “Alimento no Prato” (Planaab). Assim como nos PLANAPOs anteriores, há participação de diversos ministérios, incluindo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Cabe destacar que, em 2008, o grupo de agroecologia Econorte participou de atividades de formação financiadas pelo MDS, por meio do projeto de extensão *Projeto de Desenvolvimento da Agricultura Ecológica Urbana e Periurbana na Aglomeração Urbana do Sul* (AEUPE), promovido pelo Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico (NUDESE) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Em 2025, o governo federal lançou a Chamada Pública Unificada de Apoio aos Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEAs), com o objetivo de incentivar o ensino, a pesquisa e a extensão voltados à promoção de sistemas alimentares mais sustentáveis (Agência Gov, 2025). Essa

iniciativa, criada originalmente em 2012, busca articular conhecimentos tradicionais, populares e científicos na construção da agroecologia.

Essa breve contextualização das políticas públicas evidencia como elas se situam no centro das disputas e lutas em defesa dos territórios e por uma natureza saudável, mediadas pela produção agroecológica. Tais políticas podem ser consideradas importantes instrumentos de sociabilidade para a reprodução das vidas, do trabalho e das histórias dos grupos de agricultores familiares, pescadores, entre outros sujeitos do campo brasileiro.

A partir da discussão desenvolvida neste subitem, é possível perceber que os processos educativos que atravessam o grupo Econorte são diversos e abrangem tanto a curiosidade e o interesse dos(as) participantes em ampliar suas oportunidades de aprendizagem sobre a construção da agroecologia quanto os próprios processos de organização coletiva. Observa-se também a relevância dos incentivos públicos à agroecologia, por meio de políticas públicas, como ocorreu com o grupo Econorte em 2008. No entanto, no contexto atual do município de São José do Norte (SJN), considera-se que há pouco apoio por parte do poder público local, o que impõe dificuldades à consolidação da produção agroecológica.

No próximo subitem, serão abordadas as relações sociais, econômicas e educativas que se desenvolvem no espaço da feira do grupo Econorte.

#### *Educação ambiental nos espaços da feira do grupo Econorte*

As feiras são espaços de trocas econômicas, sociais e educativas, conforme analisado ao longo desta pesquisa. Como afirma Souza (2015, p. 6), “as feiras não são simplesmente um local de comercialização de mercadorias, mas também um espaço público no qual relações de trocas não comerciais acontecem, sendo um lugar de importância fundamental para a produção e reprodução de práticas sociais”.

Nesse sentido, observou-se, na feira do grupo Econorte, a ocorrência de trocas de saberes, além do estabelecimento de relações de solidariedade e fidelidade entre fregueses e produtores.

A comercialização direta entre produtores e consumidores, característica das feiras de circuitos curtos, envolve todas as etapas da produção: desde o cultivo e a colheita, passando pela seleção e higienização dos alimentos, o transporte até o local, a organização e exposição dos produtos, até o momento da troca e do diálogo com os fregueses (SILVA; STROFF, 2014).

Para o grupo Econorte, os aspectos econômicos não são os principais motivadores da participação na feira. Mais do que um espaço de comercialização, a feira é um espaço de encontro e convivência entre os membros do grupo. Durante a pandemia de COVID-19, inclusive, foi o único espaço de encontro possível, respeitando, à época, todas as recomendações sanitárias. Quando perguntado a Francisca qual sua relação com a feira, ela responde:

Olha, vir pra feira pra mim acho que foi um acidente e eu acho que é por isso que eu to aqui até hoje. Porque teve pessoas que vieram com interesse financeiro e saíram, né. E eu vim pra feira, eu não entrei no grupo com essa intenção né, minha intenção era ter mais conhecimento e aprender a plantar sem usar nenhum produto químico, isso me encantava e me chamava (Francisca).

Como relatado por Francisca, seu interesse em participar da feira não se restringe ao aspecto financeiro. Observou-se também que fatores como a melhoria na qualidade de vida proporcionada pelo cultivo agroecológico e a socialização decorrente da construção coletiva do espaço são elementos centrais para sua permanência no grupo. A comercialização com preços

justos e solidários é um dos princípios do grupo Econorte e, igualmente, um dos fundamentos da agroecologia. Esse princípio coloca a qualidade de vida e uma relação mais equilibrada com o ambiente acima da lógica do lucro, contrastando com a racionalidade predominante na agricultura convencional.

Para a construção desse modo de produzir alimentos, é necessário compreender o ambiente para além de sua utilidade imediata e do lucro que pode gerar em atividades agrícolas — ou seja, superando a perspectiva estritamente utilitarista. Em consonância com essa visão, Carvalho (2012) argumenta que, “ao tomar, por exemplo, o mundo como um bem em si, independentemente de sua utilidade imediata para os humanos, a educação ambiental está, de certo modo, trazendo a relação com os seres não humanos para a cena educativa, tornando essas relações educadoras” (Carvalho, 2012, p. 139–140).

As relações estabelecidas entre os sujeitos do grupo e a natureza — assim como a forma como a natureza é percebida e compartilhada por esses sujeitos — tornam-se visíveis e vivenciadas no espaço da feira, reafirmando esse ambiente como lugar privilegiado de construção educativa e ecológica. Essas trocas ocorrem entre os membros do grupo Econorte e também com os fregueses, segundo Cleberson

Eu enxergo o espaço da feira como um espaço de troca de conhecimento, de troca de manejo, de conhecimento sobre o manejo e plantação, porque todo mundo que compra aqui, eu percebo que a maioria tem as suas plantinhas, tanto é que a gente vende mudas e o pessoal compra mudas né. A gente troca experiências, como ficou na casa de fulano que plantou aquela muda, como nós fizemos a nossa muda, e a minha muda ficou assim, a outra muda ficou assado, a gente vê o que houve, que algumas vezes, uma estraga a outra não estraga, outra próspera. Então é uma troca de experiência muito rica, de informação (Cleberson).

Como relatado por Cleberson, ele percebeu a feira como um espaço rico em trocas de informações e conhecimentos. Quando questionados sobre se haviam aprendido algo durante a feira, dos doze frequentadores que responderam ao questionário, dez afirmaram que sim, destacando que aprendem sobre chás, temperos, cultivos, manejos e receitas. Francisca também relatou que os sujeitos que participam da feira contribuem para mudanças nos hábitos alimentares dos frequentadores, como o aumento do consumo das ramas de cenoura e beterraba, por exemplo.

Esse processo também se manifesta na venda de chás e ervas medicinais realizada por Francisca. Ela comenta que, embora ainda não tenha muitas vendas, as pessoas observam os chás e perguntam para que servem. Segundo ela, essa curiosidade é uma maneira de “botar na cabeça” das pessoas o valor das plantas medicinais. Santos e Chalub-Martins (2012) demonstram, em sua pesquisa, que as relações semanais entre consumidores e produtores nas feiras também promovem um consumo considerado “consciente” pelos frequentadores.

Mais do que uma mudança baseada apenas em comportamentos ou em uma consciência ambiental normativa, os relatos de Francisca indicam que a feira da Econorte tem promovido uma mudança de atitude ambiental, refletida em transformações nos hábitos alimentares e na maneira como as pessoas se relacionam com os alimentos. Ao contrário de uma abordagem comportamentalista de ensino-aprendizagem, as feiras se configuram como espaços potenciais de aprendizagem significativa, fundamentadas em pedagogias críticas que compreendem a educação “como um processo permanente, aberto e formativo, no qual a relação de ensino/aprendizagem envolve processos cognitivos e socioculturais de atribuição de significado” (Carvalho, 2012, p. 187).

As ações de educação ambiental, portanto, podem emergir nas feiras a partir da formação de uma consciência ecológica e da transformação cultural e social em torno da produção e do consumo de alimentos. Ao compartilharem suas visões de mundo com pessoas com quem estabelecem relações de cumplicidade e solidariedade, os produtores também realizam práticas educativas de caráter ambiental.

Francisca comentou que muitos frequentadores vão à feira motivados pelo desejo de conhecer os produtores. Um exemplo mencionado foi o de um agricultor que frequentava a igreja Batista: enquanto ele participava da feira vendendo seus produtos, os fiéis da igreja tornaram-se fregueses assíduos da Econorte. No entanto, quando o produtor deixou de participar da feira por motivos pessoais, esses fregueses também deixaram de frequentar o espaço, demonstrando como as relações sociais influenciam diretamente os vínculos de consumo. Ainda, Francisca coloca em entrevista que vale mais a palavra de quem está fazendo feira do que o próprio papel que certifica que os produtos são orgânicos.

[...] infelizmente pro nosso público não importa muito se a feira é orgânica ou se tem certificado ou não tem, porque eles confiam mais na pessoa do que no papel (risos), que nem eu já falei no outro, na outra entrevista, eles vão mais na pessoa que eles confiam do que no documento que a gente tem pendurado ali na parede, que nem sei se algum dia eles viram, mas enfim (Francisca).

A declaração acima evidencia uma das expressões de confiança e fidelidade existentes entre produtores e fregueses. Francisca também destacou a feira como um espaço de socialização e encontro. Segundo ela, muitos fregueses frequentam a feira motivados tanto pelo desejo de apoiar e fortalecer as vendas quanto pela oportunidade de reencontrar pessoas conhecidas. Esse aspecto também foi mencionado pelos próprios fregueses: ao serem perguntados sobre como começaram a frequentar a feira do grupo Econorte, alguns responderam que já conheciam os produtores, tinham afinidade com membros do grupo ou frequentavam a feira anterior. Outros motivos citados incluíram a busca por alimentos orgânicos, a proximidade geográfica com a feira e a continuidade de vínculos com feiras anteriores.

Quando questionados se mantinham alguma relação com os produtores do grupo Econorte fora do espaço da feira, oito das doze pessoas entrevistadas responderam afirmativamente. Essas relações eram atribuídas a vínculos anteriores, principalmente nas comunidades rurais onde os produtores residem, ou foram estabelecidas após o contato inicial durante a feira.

A relação de fidelidade entre produtores e fregueses era sustentada por gestos de ambas as partes. Os produtores demonstravam cuidado e atenção, por exemplo, ao oferecer lembranças de aniversário aos fregueses ou ao realizar entregas domiciliares para pessoas idosas durante o período da pandemia. Por sua vez, os fregueses se comprometiam a priorizar a feira do grupo Econorte como local de compra de seus alimentos. Trata-se de uma relação de reciprocidade que transcende a lógica da compra e venda, fortalecida pelo caráter social e educativo da feira, especialmente em temas como saúde e alimentação.

A partir da análise das relações econômicas, sociais, culturais e educativas observadas na feira do grupo Econorte, destacamos a construção de vínculos baseados em fidelidade e companheirismo entre produtores e fregueses, bem como as trocas de informações e a construção compartilhada de conhecimento. É possível perceber, ainda, a relevância da feira como espaço de socialização e convivência, particularmente no contexto da pandemia de COVID-19.

A seguir, será abordada com mais profundidade a construção da agroecologia no grupo Econorte e em suas trajetórias de vida, com ênfase na atuação das mulheres rurais, que compõem a maioria do grupo e ocupam papel central no processo de transição agroecológica.

### *Mulheres e agroecologia*

A agroecologia vai além da produção de alimentos de base agroecológica, da adoção de tecnologias consideradas limpas ou da simples mudança de práticas agrícolas — aspectos frequentemente destacados por correntes das chamadas agriculturas alternativas, como a agricultura orgânica, biológica, natural, biodinâmica e a permacultura. Diferentemente dessas abordagens, a agroecologia propõe transformações mais amplas na sociedade, o que implica a necessidade de modificar não apenas os modos de produção, mas também as relações sociais, políticas, econômicas, culturais, de gênero, classe e raça que estruturam e atravessam o ambiente. Nesse sentido, conforme afirmam Caporal e Costabeber (2004, p. 10–11)

A prática da agricultura envolve um processo social, integrado a sistemas econômicos e que, portanto, qualquer enfoque baseado simplesmente na tecnologia ou na mudança de base técnica da agricultura pode implicar no surgimento de novas relações sociais, de novo tipo de relação dos homens com o meio ambiente e, entre outras coisas, em maior ou menor grau de autonomia e capacidade de exercer a cidadania.

Como afirmam Caporal e Costabeber (2004), mudar as técnicas agrícolas implica transformar as relações sociais que os agricultores mantêm com o território, com a família, com o trabalho, com os grupos sociais com os quais interagem e com os processos mais amplos de construção de autonomia e cidadania na sociedade. Essa compreensão está alinhada às ideias de Paulo Freire (1983), que entende a produção agrícola como resultado da relação entre o ser humano e a natureza, a qual se prolonga nas dimensões culturais e históricas, mediadas pela forma como os sujeitos se relacionam com seu espaço. Dessa forma, a produção e o trabalho não devem ser concebidos apenas como técnicas, mas como práticas sociais e relacionais.

Sob essa perspectiva, observa-se que os sujeitos do grupo Econorte transformaram suas rotinas e sua relação com o ambiente a partir do início do processo de transição agroecológica. O trabalho de base agroecológica passou a ser percebido como menos exaustivo, por envolver maior diversidade de cultivos e romper com a lógica repetitiva das monoculturas. Além disso, trata-se de um trabalho que exige atenção e sensibilidade à natureza e ao ambiente. Como relatado por Francisca, essa forma de trabalho está diretamente ligada à observação cotidiana e ao cuidado com os ciclos naturais

[...] então essa rotina, ela me traz menos dinheiro com certeza, do que se eu tivesse em uma atividade de cebola, mas ela me traz mais qualidade de vida, porque é terapêutico, é terapêutico, tu ir lá, tu analisar, tu ver o que tu vai fazer, tu pensar, hoje é bom isso, hoje é bom aquilo, às vezes saio pra fazer uma coisa e fico fazendo outra, trabalhar com uma infinidade de planta, a planta de traz uma energia de traz saúde, te traz alegria, te traz paz, é um serviço muito diferente, eu nasci na agricultura e me criei na agricultura mas eu to cada vez mais apaixonada por esse mundo, por essa rotina, que eu tô recém, vamos dizer começando, porque é um universo muito grande (Francisca).

Além da melhoria na qualidade de vida, Francisca relatou que o trabalho com a agroecologia exige um exercício constante de observação, experimentação e análise das plantas, bem como a identificação das necessidades do dia, funcionando como uma “produção agrícola dentro de uma lógica em que a natureza mostra o caminho” (Caporal; Costabeber, 2004, p. 6). A observação, a interpretação e o agir no mundo são partes fundamentais do processo educativo. Ao afirmar que analisa o que precisa ser feito, Francisca estabelece um diálogo com a natureza e com o ambiente, construindo saberes a partir dessa relação.

Os participantes do grupo Econorte tiveram contato com a agroecologia por diferentes caminhos. Márcia, por exemplo, afirma ter consciência dos impactos do uso de agroquímicos desde a infância, influenciada pela participação de seus pais na pastoral da Igreja Católica. Ana entende a agroecologia como o cuidado com o ambiente e a natureza em que vivemos, afirmando em entrevista: “Entendo que é plantar e cuidar da natureza respeitando os princípios de não agredir o meio ambiente com produtos químicos”. Assim, para essas participantes, a agroecologia é associada à preservação ambiental e à rejeição dos agroquímicos.

Cleberson, por sua vez, conheceu a agroecologia por meio dos movimentos ambientalistas dos quais participou, os quais buscavam alternativas ao modelo convencional de produção de alimentos. Francisca, embora se considere agroecológica desde a infância, relata que ouviu falar pela primeira vez sobre o termo agroecologia em uma reunião da Embrapa, da qual participou por ser integrante da Associação Amigos da Terra.

Esses relatos evidenciam que a agroecologia é percebida sob diferentes perspectivas pelos membros do grupo Econorte. Para alguns, trata-se do trabalho com a diversidade, com policultivos e sem o uso de agroquímicos. Para outros, remete a práticas simples, que evocam modos antigos de produzir alimentos, em oposição à ideia de modernidade imposta pelo agronegócio. Também foi comum entre os participantes a percepção da agroecologia como um sistema relacional com o ambiente, distinto do modelo hegemônico baseado na produção convencional e no uso intensivo de insumos químicos. Ainda se destaca que o contato com a agroecologia foi facilitado pela inserção dos participantes em movimentos ambientalistas.

Durante a pesquisa de campo, observou-se que, em algumas famílias do grupo Econorte, apenas as mulheres participam ativamente do grupo. Nessas famílias, a produção agroecológica e a convencional coexistem, sendo a primeira geralmente de responsabilidade das mulheres e a segunda dos homens. Tal divisão revela uma estrutura de gênero no trabalho agrícola. Para refletir sobre essa dinâmica, dialogamos com Federici (2017), que argumenta que a separação do trabalho por gênero se intensificou com o advento do capitalismo, como uma de suas consequências estruturais. A autora explica que a divisão entre trabalho produtivo (voltado ao mercado) e reprodutivo (voltado à manutenção da vida) ocorreu com a privatização das terras e o fim das unidades coletivas de subsistência familiar. Assim, o trabalho produtivo passou a ser valorizado economicamente, enquanto o trabalho reprodutivo foi desvalorizado, deixando inclusive de ser reconhecido como trabalho. A partir disso, o cuidado e a reprodução da vida foram atribuídos às mulheres como uma vocação “natural” (Federici, 2017, p. 145).

No contexto rural, utilizou-se as contribuições de Paulilo (1987) para aprofundar a discussão sobre a divisão de trabalho por gênero. A autora observa que o trabalho no campo é classificado como “leve” ou “pesado” com base no gênero de quem o realiza, e não em suas características objetivas, resultando em valorações econômicas distintas. Em seu estudo realizado em diversas regiões do Brasil, Paulilo (1987) identificou que uma mesma atividade pode ser considerada leve

ou pesada, dependendo de quem a executa, concluindo que a hierarquia familiar define o valor simbólico e econômico do trabalho, e não sua natureza em si (Paulilo, 1987, p. 115).

Foi possível observar no campo que as mulheres do grupo Econorte se reconhecem no papel de cuidadoras da família. Diversos diálogos e interações giravam em torno da saúde familiar, e as mulheres se colocavam como principais responsáveis por esse cuidado. Tal posicionamento ajuda a explicar, segundo as próprias participantes, a maior presença feminina no grupo. Uma das entrevistadas atribuiu isso ao “instinto materno” das mulheres, que, segundo ela, se manifesta na proteção ao solo, à água, à terra e às sementes. São as mulheres, diz, que tomam a iniciativa de guardar e cuidar, em uma atitude de cuidado com a família que se estende também às questões ambientais.

As mulheres historicamente tendem a ser mais preocupadas com as questões ambientais, como colocado por Siliprandi (2012, p. 148)

Há muitos anos as camponesas vêm chamando a atenção para a destruição dos meios produtivos na agricultura (biodiversidade, água, recursos energéticos) promovida pela lógica produtivista dominante, que usa e abusa dos insumos externos e das energias não renováveis, e utiliza o meio ambiente como uma fonte inesgotável de riqueza, em nome de um aumento da produtividade e dos lucros de poucos.

Historicamente, as mulheres têm desempenhado um papel central nas lutas por território e preservação ambiental. Um exemplo emblemático é o episódio de 8 de março de 2006, quando cerca de duas mil mulheres, vinculadas a movimentos em defesa dos trabalhadores do campo, destruíram o laboratório de plantas da empresa Aracruz Celulose, localizado no município de Barra do Ribeiro (RS) (Paulilo; Matias, 2006). Durante as observações de campo realizadas nesta pesquisa, uma participante do grupo Econorte declarou que, devido ao maior envolvimento com o cuidado do ambiente, são as mulheres que mais se preocupam com os impactos causados pelos grandes empreendimentos que “assombram” o município de São José do Norte. Segundo ela, essa preocupação mais intensa também as afeta psicologicamente, complementando a fala anterior sobre o chamado “instinto materno”.

A partir das reflexões apresentadas, é possível perceber que houve uma mudança significativa nas relações dos sujeitos do grupo Econorte com o ambiente, com a divisão do trabalho familiar e com a natureza, promovendo vínculos mais saudáveis e sustentáveis. Além disso, nota-se que as mulheres assumem protagonismo tanto na prática da agroecologia quanto nas lutas políticas do município de São José do Norte, justamente por se reconhecerem — e serem reconhecidas — no lugar do cuidado, inclusive com relação ao meio ambiente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir desta pesquisa, foi possível perceber que o grupo Econorte constrói ações em educação ambiental por meio de suas experiências de produção, organização e comercialização, fundamentadas nos preceitos da agroecologia e a partir do processo de transição que estão vivenciando. Essas ações emergem das trocas estabelecidas entre produtores e fregueses, entre familiares e nas relações que os sujeitos mantêm com a natureza, por meio de um olhar ecológico e de valorização de uma vida saudável, manifestado em diferentes espaços do município de São José do Norte (SJN).

A educação ambiental foi abordada nesta pesquisa como um ato educativo que se dá no interior das relações sociais — entre as pessoas e entre estas e o ambiente em que vivem. Trata-se de uma educação voltada para as questões ambientais e construída com elas, abrangendo aspectos culturais, econômicos, sociais, naturais, históricos e políticos da sociedade.

No caso do grupo Econorte, a educação ambiental pode ser compreendida, na perspectiva da agroecologia, como: o cultivo de forma ecológica, sem o uso de agroquímicos que poluem o ambiente e comprometem a saúde de quem consome os alimentos; a comercialização baseada em preços justos; as práticas cotidianas orientadas por valores ecológicos; a organização política e a articulação com outros movimentos ambientalistas; bem como nas reivindicações por território e, em particular, pelo reconhecimento do direito das mulheres a espaços próprios dentro das propriedades para a produção agroecológica.

Enquanto grupo, os sujeitos compreendem a construção da agroecologia como parte de uma “luta ambiental” no contexto de SJN e como uma possibilidade concreta de transformação social, a partir de uma visão ecológica das relações com o ambiente e entre as pessoas. No entanto, os sujeitos da pesquisa relataram a ausência de incentivos públicos em diferentes aspectos: tanto no que se refere à produção orgânica de base agroecológica, quanto ao transporte dos produtos para a comercialização na feira, além da falta de ações voltadas à conscientização da população nortense sobre a importância do consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos. Durante o período em que a pesquisa foi realizada, o país enfrentava um cenário de desmonte das políticas públicas voltadas à agroecologia, bem como de outras políticas ambientais. Como mencionado ao longo do texto, a partir de 2024 houve um processo de retomada e fortalecimento dessas políticas, com destaque para o lançamento do 3º Planapo. Essas ações tornam-se ainda mais relevantes diante da atual crise ambiental e são fundamentais para o fomento e a sustentabilidade de grupos agroecológicos, como o Econorte.

Como possibilidade de aprofundamento em futuras pesquisas em São José do Norte, sugere-se a investigação de outros grupos e associações que atuam em torno das questões ambientais no município. Também seria relevante ampliar a pesquisa, incluindo organizações como a Emater, responsável pela assistência técnica ao grupo Econorte. A ampliação ou complementação desta investigação, com outras abordagens teórico-metodológicas, pode ser realizada em contextos distintos e com outros coletivos que atuam em temáticas ambientais, com o objetivo de compreender as relações educacionais, ambientais e agroecológicas, além de contribuir para o fortalecimento de redes de apoio e de trocas de experiências no campo da agroecologia.

Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para o desenvolvimento de investigações futuras nos campos da educação ambiental e de outras áreas do conhecimento, seja no município de São José do Norte com o grupo Econorte, seja em outras realidades e com outros coletivos agroecológicos. Em suma, neste trabalho não se pretende esgotar o tema, mas sim refletir e analisar as ações de educação ambiental construídas pelo e no grupo Econorte.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA GOV. Governo Federal lança chamada para fortalecimento dos núcleos de estudos em agroecologia. Brasília: Agência Gov, 7 abr. 2025. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202504/governo-federal-lanca-chamada-publica-para-fortalecimento-dos-nucleos-de-estudos-em-agroecologia-neas>. Acesso em: 8 maio 2025.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A quem serve a educação? **Revista FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 28, n. 56, p. 12–32, set./dez. 2019.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões de como fazer o trabalho de campo. **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 10, n. 1, p. 11–27, jan./jun. 2007.

CAPORAL, Francisco Roberto; AZEVEDO, Edisio Oliveira (org.). Princípios e perspectivas da agroecologia. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antonio. Agroecologia: *alguns conceitos e princípios*. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação ambiental: *a formação do sujeito ecológico*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CPEA – Consultoria, Planejamento e Estudos Ambientais; HAR – Engenharia e Meio Ambiente. RIMA – Relatório de Impacto Ambiental Projeto Retiro. São José do Norte: Rio Grande Mineração S.A., 2014. Disponível em: <http://rgminer.com.br/wp-content/uploads/2014/09/rgm-2014-07-03-BAIXA.pdf>. Acesso em: 21 maio 2021.

FEDERICI, Sílvia. *O Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREITAS, Gabriella Rocha de. Colonialidade, desenvolvimento e resistência subalterna: *a instalação de projetos de infraestrutura de grande escala em São José do Norte*. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal, aprendizagens e saberes em processos participativos. **Revista Investigar em Educação**, Lisboa, n. 1, p. 35–50, 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades: São José do Norte, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-jose-do-norte/panorama>. Acesso em: 10 out. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola, 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: 5 maio 2021.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; PUGGIAN, Cleonice; MENEZES, Anne Kassiadou. *Educação, movimentos sociais e mulheres: redes de articulação e resistência*. **Revista Pesquisa em Educação Ambiental**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 51–62, 2020.

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. Governo Federal lança Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Brasília: MAPA, 16 out. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/governo-federal-lanca-plano-nacional-de-agroecologia-e-producao-organica>. Acesso em: 8 maio 2025.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Guia prático: formação de Organização de Controle Social (OCS). Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. Brasília: MAPA/AECS, 2020.

PAULILO, Maria Ignez. *O peso do trabalho leve*. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 28, p. 64–70, jan./fev. 1987.

PAULILO, Maria Ignez; MATIAS, Iraldo Alberto Alves. Mulheres e eucaliptos: fertilidade e aridez. *Ambiente Brasil*, 2006. Disponível em: <https://noticias.ambientebrasil.com.br/artigos/2006/03/24/23700-mulheres-e-eucaliptos-fertilidade-e-aridez.html>. Acesso em: 14 set. 2021.

ROCHA NETO, João Mendes da. Tão perto e tão longe: trajetória da agroecologia na agenda brasileira de políticas públicas. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. spe2, p. 455–466, jun. 2022.

SANTOS, Fernando Passos dos; CHALUB-MARTINS, Leila. Agroecologia, consumo sustentável e aprendizagem coletiva. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 469–483, abr./jun. 2012.

SILIPRANDI, Emma. *A alimentação como um tema político das mulheres*. **Ariús**, Campina Grande, v. 18, n. 1, p. 143–158, jan./jun. 2012.

SILVA, Merli Leal; STROFF, Luiz Gabriel. Pedagogia freireana nas feiras livres: integrando comunicação e educação no campo. In: **CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL**, 15., 2014, Palhoça. Anais [...]. Palhoça: INTERCOM, 2014.

SOUZA, Carolina Rezende de. *As feiras livres como lugares de produção cotidiana de saberes do trabalho e educação popular nas cidades: alguns horizontes teóricos e analíticos no campo trabalho-educação*. **Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, ano 13, n. 22, p. 126–144, 2015.